



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 31ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0029711-52.2019.8.17.2001**

AUTOR: CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DESPACHO**

Tendo em vista o grande número de demandas que chegam ao judiciário solicitando o benefício da gratuidade, apenas com base na declaração do art. 99 §3º do NCPC e constatando este MM Juiz que a parte solicitante possui advogado particular para patrocinar sua causa, determino que o autor complemente a prova de sua incapacidade econômica, tendo em vista o disposto no art.5º LXXIV da CF/88, fazendo juntar aos autos, dentro de 15 dias, ou pague as custas.

Decorrido o prazo fixado na presente decisão sem que tenha produzido a prova ordenada ou pagas as custas, retornem-me os autos conclusos.

P.I.C.

RECIFE, 17 de maio de 2019

Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 31ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0029711-52.2019.8.17.2001  
AUTOR: CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 31ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 45292940, conforme segue transcrito abaixo:

*"DESPACHO Tendo em vista o grande número de demandas que chegam ao judiciário solicitando o benefício da gratuidade, apenas com base na declaração do art. 99 §3º do NCPC e constatando este MM Juiz que a parte solicitante possui advogado particular para patrocinar sua causa, determino que o autor complemente a prova de sua incapacidade econômica, tendo em vista o disposto no art. 5º LXXIV da CF/88, fazendo juntar aos autos, dentro de 15 dias, ou pague as custas. Decorrido o prazo fixado na presente decisão sem que tenha produzido a prova ordenada ou pagas as custas, retornem-me os autos conclusos. P.I.C. RECIFE, 17 de maio de 2019 Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior Juiz de Direito"*

RECIFE, 14 de junho de 2019.

**LAINÉ HANNA REIS RAPOSO**  
Diretoria Cível do 1º Grau



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 31ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE -  
PERNAMBUCO.


CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA

já qualificado nos autos do processo de número à epígrafe, por meio de sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, a presença de V. Excelência, nos autos juntar o documento comprovando que preenche o requisito da gratuidade, sendo pobre conforme lei.

Ewerson Vilar de lima

Oabpe28570



 <b>DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO MENSAL</b>																																																																	
<b>Razão Social</b> SENAI- DR					<b>CNPJ</b> 03.789.272/0001-00																																																												
<b>Matrícula</b> 32155	<b>Nome</b> CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA																																																																
<b>Função</b> VIGILANTE-02		<b>Data de Admissão</b> 01/07/2014	<b>Endereço</b> GERSON DE AQUINO LUCENA, 128																																																														
<b>Bairro</b> TIMBI		<b>Cidade</b> Camaragibe	<b>CEP</b> 54768796	<b>UF</b> PE																																																													
<b>PIS</b> 12531934172	<b>CPF</b> 03070467458	<b>Identidade</b> 5382711	<b>Competência</b> Abril/2019	<b>Dep. Sal. Família</b> 1	<b>Dep. IRRF</b> 2																																																												
<b>Sal. do Cálculo</b> 1.048,47	<b>Data Pagto</b> 25/04/2019	<b>Banco</b> TESOURARIA		<b>Agência</b> SEDE-SENAI - 0000	<b>Conta</b> 1																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Descrição</th> <th>Referência</th> <th>Provento</th> <th>Desconto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>0001</td><td>SALARIO</td><td>220,00</td><td>1.048,47</td><td></td></tr> <tr><td>0445</td><td>HORA EXTRA 80% - INTRAJORNADA</td><td>14,00</td><td>159,90</td><td></td></tr> <tr><td>0715</td><td>DSR SOBRE HORA EXTRA</td><td>0,00</td><td>31,98</td><td></td></tr> <tr><td>0747</td><td>PARC. AUT. QUADRIENIO PROPORCIONAL</td><td>0,00</td><td>25,34</td><td></td></tr> <tr><td>1008</td><td>ADIC PERICULOSIDADE</td><td>0,00</td><td>322,14</td><td></td></tr> <tr><td>0003</td><td>I.N.S.S.</td><td>8,00</td><td></td><td>127,02</td></tr> <tr><td>0119</td><td>VALE ALIMENTACAO</td><td>0,00</td><td></td><td>10,48</td></tr> <tr><td>0123</td><td>ASSOCIACAO</td><td>0,00</td><td></td><td>10,48</td></tr> <tr><td>0473</td><td>DESC.AFUSPE</td><td>0,00</td><td></td><td>182,06</td></tr> <tr><td>0772</td><td>DESCONTO - PETROS</td><td>0,00</td><td></td><td>41,88</td></tr> <tr><td>0979</td><td>EMPRESTIMO PETROS</td><td>1,00</td><td></td><td>64,95</td></tr> </tbody> </table>						Código	Descrição	Referência	Provento	Desconto	0001	SALARIO	220,00	1.048,47		0445	HORA EXTRA 80% - INTRAJORNADA	14,00	159,90		0715	DSR SOBRE HORA EXTRA	0,00	31,98		0747	PARC. AUT. QUADRIENIO PROPORCIONAL	0,00	25,34		1008	ADIC PERICULOSIDADE	0,00	322,14		0003	I.N.S.S.	8,00		127,02	0119	VALE ALIMENTACAO	0,00		10,48	0123	ASSOCIACAO	0,00		10,48	0473	DESC.AFUSPE	0,00		182,06	0772	DESCONTO - PETROS	0,00		41,88	0979	EMPRESTIMO PETROS	1,00		64,95
Código	Descrição	Referência	Provento	Desconto																																																													
0001	SALARIO	220,00	1.048,47																																																														
0445	HORA EXTRA 80% - INTRAJORNADA	14,00	159,90																																																														
0715	DSR SOBRE HORA EXTRA	0,00	31,98																																																														
0747	PARC. AUT. QUADRIENIO PROPORCIONAL	0,00	25,34																																																														
1008	ADIC PERICULOSIDADE	0,00	322,14																																																														
0003	I.N.S.S.	8,00		127,02																																																													
0119	VALE ALIMENTACAO	0,00		10,48																																																													
0123	ASSOCIACAO	0,00		10,48																																																													
0473	DESC.AFUSPE	0,00		182,06																																																													
0772	DESCONTO - PETROS	0,00		41,88																																																													
0979	EMPRESTIMO PETROS	1,00		64,95																																																													
<b>Base para FGTS</b> 1.587,83		<b>FGTS do Mês</b> 127,02		<b>Total de Proventos</b> 1.587,83																																																													
<b>Base Cál. IRRF</b> 1.504,07		<b>Pensão Alimentícia Judicial</b> 0,00		<b>Total de Descontos</b> 436,87																																																													
<b>Sal. Contribuição. INSS</b> 1.587,83				<b>Líquido a Receber</b> 1.150,96																																																													





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 31ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº **0029711-52.2019.8.17.2001**

AUTOR: CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DESPACHO**

Tendo em vista a documentação acostada aos autos, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita.

Deixo de encaminhar os autos para a realização de audiência de conciliação ou de mediação (art. 334 do CPC), eis que as partes somente apresentam possível proposta de acordo após elaboração de perícia.

Destarte, em sintonia com o princípio da duração razoável do processo, (arts. 4º e 139, II, NCPC) e não vislumbrando prejuízo processual às partes, determino a citação da parte ré, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos da carta/mandado de citação (art. 335, inciso III, NCPC), com a advertência do artigo 344, do NCPC.

Com a resposta, intime-se a parte autora, para réplica, em igual prazo (inteligência do art. 351 do CPC).

Em sucessivo, determino que a parte autora seja submetida à perícia médica/traumatológica.

Para a realização desta, **nomeio o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, para exercer o múnus público de perito, devendo ser intimado no endereço situado à Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270 ou por meio do endereço eletrônico [pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com](mailto:pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com).

O referido perito responderá à quesitação deste Juízo por meio do modelo padronizado, utilizado nos mutirões realizados pela Central de Mutirões da Capital, tudo com o objetivo de esclarecer a existência ou não de debilidade permanente suportada pela parte autora, ficando estabelecido desde já, pela prática corriqueira, que a quesitação será respondida logo após o exame pericial, bem assim que as partes, no prazo de contestação e réplica, deverão ofertar seus quesitos e indicar assistentes técnicos, se desejarem.

No mais, arbitro o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a título de honorários periciais, conforme convênio nº 014/2017, celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Comprovada a realização da perícia, a demandada terá o prazo de 10 (dez) dias para efetuar o pagamento dos honorários periciais.



Após, realizada a perícia e anexado aos autos o comprovante de pagamento de honorários periciais, expeça-se o competente alvará em favor do perito, ao tempo em que as partes deverão ser intimadas acerca do reportado exame, no prazo comum de 10 (dez) dias.

Registro, por oportuno, que uma cópia da presente, autenticada por servidor em exercício na Diretoria Cível do 1º Grau, servirá como mandado.

RECIFE, 20 de junho de 2019

Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 31ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0029711-52.2019.8.17.2001  
AUTOR: CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.

RECIFE, 10 de julho de 2019.

**ADRIANA MINDELO CAVALCANTI DE QUEIROZ GALVAO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 31ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0029711-52.2019.8.17.2001  
AUTOR: CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

#### INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 31ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID **47025648**, conforme segue transcrito abaixo:

DESPACHO Tendo em vista a documentação acostada aos autos, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Deixo de encaminhar os autos para a realização de audiência de conciliação ou de mediação (art. 334 do CPC), eis que as partes somente apresentam possível proposta de acordo após elaboração de perícia. Destarte, em sintonia com o princípio da duração razoável do processo, (arts. 4º e 139, II, NCPC) e não vislumbrando prejuízo processual às partes, determino a citação da parte ré, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos da carta/mandado de citação (art. 335, inciso III, NCPC), com a advertência do artigo 344, do NCPC. Com a resposta, intime-se a parte autora, para réplica, em igual prazo (inteligência do art. 351 do CPC). Em sucessivo, determino que a parte autora seja submetida à perícia médica/traumatológica. Para a realização desta, nomeio o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, para exercer o múnus público de perito, devendo ser intimado no endereço situado à Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270 ou por meio do endereço eletrônico [pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com](mailto:pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com). O referido perito responderá à quesitação deste Juízo por meio do modelo padronizado, utilizado nos mutirões realizados pela Central de Mutirões da Capital, tudo com o objetivo de esclarecer a existência ou não de debilidade permanente suportada pela parte autora, ficando estabelecido desde já, pela prática corriqueira, que a quesitação será respondida logo após o exame pericial, bem assim que as partes, no prazo de contestação e réplica, deverão ofertar seus quesitos e indicar assistentes técnicos, se desejarem. No mais, arbitro o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a título de honorários periciais, conforme convênio nº 014/2017, celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Comprovada a realização da perícia, a demandada terá o prazo de 10 (dez) dias para efetuar o pagamento dos honorários periciais. Após, realizada a perícia e anexado aos autos o comprovante de pagamento de honorários periciais, expeça-se o competente alvará em favor do perito, ao tempo em que as partes deverão ser intimadas acerca do reportado exame, no prazo comum de 10 (dez) dias. Registro, por oportuno, que uma cópia da presente, autenticada por servidor em exercício na Diretoria Cível do 1º Grau, servirá como mandado. RECIFE, 20 de junho de 2019 Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior Juiz de Direito

RECIFE, 10 de julho de 2019.

**ADRIANA MINDELO CAVALCANTI DE QUEIROZ GALVAO**  
Diretoria Cível do 1º Grau







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**DIRETORIA DAS VARAS DE FAMÍLIA E REGISTRO CIVIL DA CAPITAL**  
**AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,**  
**RECIFE - PE - CEP: 50080-800**

Seção B da 31ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0029711-52.2019.8.17.2001  
AUTOR: CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO**

Ilmo Sr., em face do despacho de ID **47025648** proferido nos autos do processo nº 0029711-52.2019.8.17.2001 da Seção B da 31ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: CHARLISTON MANOEL RAMOS COSTA contra RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, fica a V.S.<sup>a</sup> notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do Despacho que segue transcrito abaixo:

DESPACHO Tendo em vista a documentação acostada aos autos, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Deixo de encaminhar os autos para a realização de audiência de conciliação ou de mediação (art. 334 do CPC), eis que as partes somente apresentam possível proposta de acordo após elaboração de perícia. Destarte, em sintonia com o princípio da duração razoável do processo, (arts. 4º e 139, II, NCPC) e não vislumbrando prejuízo processual às partes, determino a citação da parte ré, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos da carta/mandado de citação (art. 335, inciso III, NCPC), com a advertência do artigo 344, do NCPC. Com a resposta, intime-se a parte autora, para réplica, em igual prazo (inteligência do art. 351 do CPC). Em sucessivo, determino que a parte autora seja submetida à perícia médica/traumatológica. Para a realização desta, nomeio o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, para exercer o múnus público de perito, devendo ser intimado no endereço situado à Rua General Joaquim Inácio, nº 830, sala 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50070-270 ou por meio do endereço eletrônico [pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com](mailto:pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com). O referido perito responderá à quesitação deste Juízo por meio do modelo padronizado, utilizado nos mutirões realizados pela Central de Mutirões da Capital, tudo com o objetivo de esclarecer a existência ou não de debilidade permanente suportada pela parte autora, ficando estabelecido desde já, pela prática corriqueira, que a quesitação será respondida logo após o exame pericial, bem assim que as partes, no prazo de contestação e réplica, deverão ofertar seus quesitos e indicar assistentes técnicos, se desejarem. No mais, arbitro o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a título de honorários periciais, conforme convênio nº 014/2017, celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Comprovada a realização da perícia, a demandada terá o prazo de 10 (dez) dias para efetuar o pagamento dos honorários periciais. Após, realizada a perícia e anexado aos autos o comprovante de pagamento de honorários periciais, expeça-se o competente alvará em favor do perito, ao tempo em que as partes deverão ser intimadas acerca do reportado exame, no prazo comum de 10 (dez) dias. Registro, por oportuno, que uma cópia da presente, autenticada por servidor em exercício na Diretoria Cível do 1º Grau, servirá como mandado. RECIFE, 20 de junho de 2019 Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior Juiz de Direito

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

RECIFE, 10 de julho de 2019  
ADRIANA MINDELO CAVALCANTI DE QUEIROZ GALVAO  
*Diretoria das Varas de Família e Registro Civil da Capital*



A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>] utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



**Aceito o encargo e informo abaixo data para realização da perícia.**

**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP [19033820407](#), médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, de acordo com a ementa solicitar que a notificação das partes ocorra pelo Tribunal de Justiça.

Conforme julgado recente do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp 1.364.911-GO, veiculado no Informativo nº 589, o comparecimento e submissão à perícia, por ser ato que incumbe exclusivamente à parte, demanda que esta seja intimada pessoalmente para a sua realização.

Vide a ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO [DPVAT](#). Em ação de cobrança de seguro [DPVAT](#), a intimação da parte para o comparecimento à perícia médica deve ser pessoal, e não por intermédio de advogado. Consoante determina a legislação processual civil, a intimação é "o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa" (art. 234 do [CPC/1973](#); e art. 269 do [CPC/2015](#)). O diploma processual também disciplina os meios pelos quais devem ser feitas as intimações, tais como, pelo escrivão, oficial de justiça, correio, publicação na imprensa oficial ou até mesmo por ocasião da audiência. A doutrina distingue as intimações meramente comunicativas, que criam ônus e dão início à contagem de prazos processuais, daquelas que ordenam condutas e geram deveres para a parte intimada. Nesse ponto, destaca-se que o ato processual em questão se trata de intimação para a prática de uma conduta pessoal da parte, qual seja: o comparecimento para a realização de perícia médica. Dessa forma, por se tratar de ato que deve necessariamente ser realizado pela parte interessada (ato personalíssimo), não se mostra suficiente a intimação por intermédio de advogado. Acerca disso, há doutrina no sentido de que: "Não valem as intimações feitas à parte quando o ato processual a praticar deve ser do advogado. A *contrário sensu*, não pode ser a intimação feita ao representante processual, se o ato deve ser pessoalmente praticado pela parte". Nessa linha, a parte deve ser intimada pessoalmente para comparecer à perícia médica designada, visto que não se trata de uma intimação meramente comunicativa, mas sim de uma ordem para a prática de uma conduta que, frisa-se, somente pode ser realizada pessoalmente pela parte interessada. Assim, a intimação pessoal da parte que será submetida ao exame pericial revela-se indispensável, por se tratar de ato personalíssimo, cuja intimação não pode ser suprida por intermédio do advogado. Precedente citado: REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. [REsp 1.364.911-GO](#), Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016.

Informo que a perícia será realizada no dia 29/08/2019, no horário entre 13h e 15h, por ordem de chegada, na **Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260., telefone:81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional)**. Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 12 de julho de 2019.

***Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho***

***CRM 16.868***

***Médico Perito***

